

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO
2	A LICITAÇÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO
2.1	CONCEITO DE LICITAÇÃO
2.2	HISTÓRICO
2.3	A LICITAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E A LEI Nº 8.666/93
2.4	DIPLOMAS NORMATIVOS POSTERIORES: UMA NOVA VISÃO SOBRE O PROCESSO LICITATÓRIO
2.4.1	A Lei nº 8.666 e a burocratização excessiva
2.4.2	Lei nº 8.987 de 13 de fevereiro de 1995
2.4.3	Lei nº 9.472 de 16 de julho de 1997
2.4.4	Decreto nº 2.745 de 24 de agosto de 1998
2.4.5	Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002
2.4.6	Lei nº 11.079 de 30 de dezembro de 2004
3	O REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES
3.1	INSPIRAÇÃO (DIREITO COMPARADO)
3.2	OBJETIVOS
3.3	PREVISÕES COMUNS À LEI Nº 8.666/93
3.4	SEMELHANÇA COM OUTRAS MODALIDADES DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES
3.5.1	Inversão de fases
3.5.2	Edital eletrônico
3.5.3	Prazos
3.5.4	Princípio da economicidade
3.5.5	Princípio do desenvolvimento nacional sustentável
3.5.5.1	<i>Sustentabilidade econômica</i>
3.5.5.2	<i>Sustentabilidade social</i>
3.5.5.3	<i>Sustentabilidade ambiental</i>
3.5.6	Retificação do edital
3.5.7	Marcas e modelos
3.5.8	Aditivos
3.5.9	Fracionamento do objeto
3.5.10	Licitação aberta e licitação fechada
3.5.11	Lances intermediários
3.5.12	Critérios de julgamento
3.5.12.1	<i>Menor preço ou maior desconto</i>
3.5.12.2	<i>Técnica e preço</i>
3.5.12.3	<i>Melhor técnica ou melhor conteúdo artístico</i>
3.5.12.3.1	<i>Comissão especial</i>
3.5.12.4	<i>Maior oferta de preço</i>
3.5.12.5	<i>Maior retorno econômico</i>
3.5.13	Recursos ao processo licitatório sob RDC
4	ASPECTOS POLÊMICOS DO RDC FRENTE AOS PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO ADMINISTRATIVO
4.1	ORÇAMENTO SIGILOSO E O PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE
4.2	CONTRATAÇÃO INTEGRADA
4.2.1	A contratação integrada e a empreitada integral

4.2.2	O anteprojeto de engenharia
4.2.3	O projeto básico
4.2.4	O projeto executivo
4.2.5	Remuneração variável
4.2.6	A contratação integrada e a isonomia entre os concorrentes
4.2.7	A contratação integrada e a ampla competitividade
4.2.8	Riscos para o contratado
4.3	POSSÍVEIS INCONSTITUCIONALIDADES (ADI 4655)
4.3.1	O processo legislativo
4.3.2	Hipóteses de incidência
4.3.3	Pré-qualificação permanente
5	REFLEXOS PRÁTICOS DO RDC
6	PERSPECTIVAS PARA AS LICITAÇÕES E CONTRATOS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
6.1	MANIFESTAÇÕES JURISPRUDENCIAIS SOBRE O RDC
6.2	PROPOSTAS LEGISLATIVAS EMERGENTES SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS